

JUDICIÁRIO



O Supremo Tribunal Federal (STF) não salvou o Brasil do golpe. Ao ignorar a aberração jurídica da prisão de Lula, a suprema corte brasileira nega também o seu papel institucional, e mais uma vez se apequena aos ventos sombrios que teimam em soprar no país.

Suprema corte brasileira nega seu papel institucional

O Supremo não impediu o golpe contra Dilma. Ao contrário, ajudou ao impedir a posse de Lula como ministro e referendou toda a falácia jurídica do impeachment. O Supremo não impediu que o cargo de presidente da República fosse “declarado vago” pelo Congresso Nacional em 1964. Não impediu o fechamento do próprio Congresso anos depois. Não impediu o AI-5. O Supremo nunca declarou a inconstitucionalidade de um golpe de Estado. O Supremo, quase sempre, dá “tom institucional” a toda forma de abuso que seja aceitável pelos donos do poder.

As matérias do site The Intercept Brasil tomaram conta dos jornais e das rodas de conversa na última semana. Do conteúdo das conversas entre procuradores e Sérgio Moro, o número de crimes a se investigar já é quase incontável. A farsa denunciada há anos pelo PT está mais do que comprovada, mas isso não afeta a tal “correlação de forças”.

Especialmente porque o impasse que se aproxima

em torno da Operação Lava Jato é praticamente insolúvel. De um lado, o temor daquilo que seria a maior “pizza” da história do Brasil. Imaginem se a maior “operação contra a corrupção de todos os tempos” acabasse em juízes, promotores e até ministros presos por conspiração contra a pátria? De outro lado, diante das revelações, a segunda possibilidade é a de que toda a mentira continue e a injustiça permaneça tal qual ela se estabeleceu.

No entanto, entre os dois cenários, a história do Direito no Brasil sempre preferiu o segundo.

Há de se apontar que a construção jurídico-institucional não é um fato da natureza. Ela se efetiva em disputas de poder e de força inerentes a qualquer sociedade. Em outras palavras, quem manda no jogo faz as regras. Trata-se, portanto, em certa medida, da própria sobrevivência do sistema jurídico brasileiro, cujas garantias de direitos fundamentais sempre foram deixadas de lado quando o assunto é a disputa real de poder.

Isso porque não se pode aceitar que se divulgue aquilo que historicamente se fez no Brasil. Tiradentes foi assassinado pelo Estado em função de uma delação premiada. As rebeliões populares foram barbaramente massacradas pela mão do Estado. Para além do argumento de que o Judiciário não resolverá os problemas da sociedade e da política brasileira, o que se precisa pensar é que uma instituição jamais agirá contra a sua própria sobrevivência. E por isso criaram o jornalismo.

Em um processo de divulgações de fatos mais arrepiantes que os da Vaza Jato, o jornalista Glenn Greenwald conquistou o ápice da sua carreira. Com informações que colocaram a maior república do mundo em xeque. No entanto, Snowden foi considerado um criminoso e a política americana caminhou para os braços de Donald Trump.

Assim, é necessária a compreensão de que os vazamentos não serão capazes, por si só, de afetarem a deprimente realidade jurídica de Lula e de todos os outros presos políticos da Lava Jato.

Os outros presos, os “criminosos reais” já estão, em boa parte, soltos, com suas delações devidamente homologadas pelas instituições e gozando de uma aposentadoria que jamais será a realidade da absoluta maioria da população. Sobraram alguns agentes políticos que foram pegos com dinheiro no exterior, correndo com malas, pendurando guardanapos caros na cabeça em restaurantes franceses, colecionando joias porque sequer conseguiam lavar aquele dinheiro todo. Para construir a farsa da prisão de Lula, precisaram cuidar de prender alguns bandidos reais, não todos, porque os aliados importantes não podiam ser melindrados.

A esquerda brasileira já entendeu o que significa a ideia Lula Livre. Precisa agora entender o que significa Lula preso. A liberdade e a inocência de Lula, representa, em boa medida, a queda do castelo de cartas construído pelas mãos de Moro, sob as bênçãos de boa parte do Supremo. A liberdade e a inocência de Lula significa a farsa criada em torno de Bolsonaro, que as eleições foram uma enorme mentira e que a crise econômica nada tem a ver com corrupção. É muita verdade para eles aguentarem.

Nesse processo, a defesa das instituições e das liberdades democráticas fica praticamente impossível. Isso porque já não é mais possível entender quando efetivamente começou o desarranjo institucional da República brasileira. Mas é possível entender que defender a permanência da humanidade das pessoas não é um direito, é uma pulsão de sobrevivência. E é exatamente do encontro dessa pulsão com a ideia de viver em sociedade é que nasce o Direito. E dali ele precisa florescer. O Direito jamais poderá sobreviver se seguir servindo à desigualdade, à exclusão e ao ódio. Por isso, quem segue respirando por aparelhos é a instituição Brasil e não o povo brasileiro, mesmo porque o povo conhece bem o que é dificuldade.

Os vazamentos podem servir para explorar a falácia de um sistema de vantagens e exclusões, mas não para que se faça uma faxina ou um justicamento histórico. Os vazamentos podem servir para ajudar que se entenda que a defesa da vida das pessoas é a razão de ser das sociedades, mas de forma alguma serão determinantes para isso. E só assim, o símbolo de “arminha” que sai das mãos de alguns não terá mais aplauso algum. Quem celebra a morte esqueceu o valor da vida.

O Estado moderno, para “não matar mais”, adotou o sistema prisional como ameaça física de sua força. Aos togados, cabe o dever de servir à força desse Estado. Ao se distanciarem da humanidade, se aproximam dos carrascos que puxavam a corda das guilhotinas, das forcas e de toda forma de execução pública que essa mesma humanidade já chamou de direito penal. Dessa vez, fazem diferente, mas as mãos se sujam da mesma forma. No momento em que eles ficarem constrangidos com isso, a mudança acontecerá. E definitivamente, isso não virá de forma voluntária por parte deles, ou resultado de um embaraço coletivo causado pelo mais vulgar dos vazamentos que tudo indica que ainda está por vir.

Como disse Caetano, “e aquilo que nesse momento se revelará aos povos, surpreenderá a todos não por ser exótico, mas pelo fato de poder ter sempre estado oculto, quando terá sido o óbvio”.